



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 110ª
(CENTÉSIMA DÉCIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 107ª Sessão Ordinária;
- Ata da 34ª Sessão Extraordinária.

Há número regimental para dar início aos Comunicados de Líderes. Estão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

presentes os Deputados Agaciel Maia, Chico Vigilante, Lira, Roosevelt, Prof. Reginaldo Veras e Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria – sei que V.Exa. está neste momento substituindo a Presidenta –, por já estarmos no primeiro dia de dezembro e entramos em recesso a partir do dia 15, de fazer um apelo aos Líderes desta Casa. Espero que todos estejam me ouvindo e ouvindo particularmente V.Exa.

Conversei com o Líder da nossa bancada e com o Deputado Prof. Reginaldo Veras, Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Há um apelo do segmento da educação para que apreciemos ainda este ano os vetos do governo ao Plano Distrital de Educação, em torno de 42. É muito importante, é uma lei que tem impacto extremamente importante no planejamento da educação. Quero fazer este apelo à Casa para que ainda neste ano, neste período que teremos de sessões ordinárias, apreciemos os vetos ao projeto de lei que definiu o Plano Distrital de Educação.

Inclusive peço ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, presidente da nossa comissão que muito contribuiu nesse processo, que também externar o seu entendimento. S.Exa. é o presidente da comissão. Estou sabendo que o Líder da minha bancada, o Deputado Chico Vigilante, colocou isso também, pois tenho certeza de que foi abordado por lideranças da área de educação. Faço um apelo a esta Casa no sentido de apreciarmos esses vetos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não posso responder a V.Exa. na condição de Presidente porque dependo do entendimento dos Líderes, mas quero dizer a V.Exa. que fez um belo trabalho na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças na tramitação desse projeto, que como Líder do Bloco Força do Trabalho, eu concordo com V.Exa. que façamos essa avaliação.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Ratifico o pedido do nobre Deputado Wasny de Roure. Hoje eu ia fazer esse pedido na reunião de Líderes, mas infelizmente, devido a uma reunião no partido, eu cheguei quando ela estava findando. Fica aqui o pedido da comissão.

De qualquer forma, vou encaminhar um ofício aos Líderes e aos Deputados para que possamos analisar esses vetos o quanto antes, até porque a manutenção



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

de alguns vetos traz consequências irreparáveis, caso não os derrubemos, para as primeiras metas intermediárias previstas no Plano Distrital de Educação.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu particularmente gostei da premonição de V.Exa., já me chamando de senador. Isso é muito bom.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – É um exercício de futurologia, Deputado Chico Vigilante.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, em exercício na Presidência desta Casa nesta sessão do dia primeiro de dezembro, nobres colegas Deputados e Deputadas, o que me traz à tribuna desta Casa hoje, Deputado Wasny de Roure, é uma preocupação que diz respeito ao crescimento do número de desempregados no Distrito Federal.

Pelo terceiro mês consecutivo, desde agosto, a taxa de desemprego no Distrito Federal tem aumentado. Passou de 14,6% em setembro, para 15,1% em outubro. O número de desempregados, no último mês, foi estimado em 230 mil pessoas. Estão sem emprego no Distrito Federal 5 mil a mais do que o registrado no mês passado. O resultado decorre da saída de 15 mil pessoas do grupo da população



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

economicamente ativa, simultaneamente à perda de 20 mil postos de trabalho. Os dados são da Pesquisa de Emprego e Desemprego no DF divulgada na quarta-feira, 25 de novembro.

O levantamento é feito mensalmente pela Companhia de Planejamento do DF – CODEPLAN; pela Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo.

Em outubro, Deputado Wasny de Roure, o nível de ocupação diminuiu 1,5% e a estimativa do número de ocupados ficou em 1,291 milhão de pessoas. São os que estão trabalhando no Distrito Federal, ou seja, 20 mil a menos do que em setembro. Os indicadores resultam de reduções na indústria de transformação, que teve uma redução de 12,5% – ou seja, menos 6 mil pessoas deixaram de trabalhar de um mês para outro na indústria de transformação –; na construção civil, de 1,3% – menos mil pessoas deixaram de trabalhar na construção civil, e nos serviços, menos 1,4%, ou seja, 13 mil pessoas perderam seu emprego no setor de serviços. Já o comércio, em decorrência dessa aproximação de final de ano, Deputado Lira, teve uma variação positiva de 0,4.

Os demais setores estão perdendo e estão desempregando bastante. Apenas o comércio teve um crescimento positivo de 0,4%, ou seja, aproximadamente mil servidores a mais passaram a trabalhar no comércio de Brasília.

A pesquisa também mostra que o número de assalariados caiu 0,9% em outubro. Isso ocorreu devido ao desempenho negativo nos setores privados, que foi de 0,6, ou seja, menos 4 mil pessoas, e no setor público, de menos 2,2, ou seja, 6 mil pessoas a menos.

Na iniciativa privada, houve baixa no número de pessoas sem carteira de trabalho assinada de menos 3%, ou seja, menos 3 mil pessoas, e permaneceu estável o daquelas que têm carteira assinada. Também houve queda na quantidade de autônomos de 4,3%, ou seja, nós deixamos de ter 7 mil pessoas trabalhando de maneira autônoma, e de desempregados domésticos houve, Deputado Chico Vigilante, uma queda, de setembro para outubro, de 6%, ou seja, nós tivemos 6 mil pessoas que trabalhavam em residência como empregado doméstico que perderam o emprego.

Nas regiões administrativas, quanto às taxas de desempenho, no grupo que reúne as de renda mais alta, que é o caso do Lago Sul e Lago Norte, o número passou de 7,2 em setembro para 7,4 em outubro. Nas localidades de renda intermediária, a exemplo do Gama e Taguatinga, o aumento foi de 11,9 para 12,5 no período. Já no terceiro grupo, das regiões de renda mais baixa, conforme



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

classificação da Codeplan, grupo que inclui o Recanto das Emas e São Sebastião, a taxa de desemprego subiu de 17 para 18,2%.

Isso é preocupante, porque o que nós temos sentido é que a desorganização administrativa, Deputado Juarezão, em nível nacional, tem afetado drasticamente a economia. O Deputado Wasny de Roure, um economista renomado tanto nacional como internacionalmente, sabe exatamente da importância que as decisões políticas têm.

Hoje nós passamos por uma crise grave de credibilidade política em nível nacional. O Distrito Federal, apesar de ter todo o respeito no que se refere à estrutura de governo, porque conta com o Governador Rodrigo Rollemberg, um governador que não tem tido problema algum do ponto de vista de corrupção, um governo sério, competente, ainda assim tem sido afetado drasticamente por essa decomposição da economia nacional. O Distrito Federal, por esse número de desempregados que vem crescendo de agosto até agora, também sente esse reflexo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu quero cumprimentá-lo, porque esse tipo de debate sobre essa situação de letargia que estamos vivenciando na nossa cidade aponta para uma preocupação que não está caracterizada na forma de projeto de lei e demonstra a sua sensibilidade como Parlamentar.

Hoje nós temos um governo que é por gravidade, não é um governo que faz o enfrentamento do problema decorrente da conjuntura.

V.Exa. deu uma enorme contribuição. Todos que estávamos aqui nesta Casa acompanhamos a sua motivação com o projeto Jovem Candango, que foi uma medida mitigadora do desemprego.

Em certa ocasião, V.Exa. me lembrava daquilo que o Governo do Estado de São Paulo fez, parece-me, com um número bastante significativo de jovens.

Eu creio que o Governo do Distrito Federal poderia utilizar essas medidas, principalmente para beneficiar os jovens que estão na faixa de idade em que estão em busca do primeiro emprego. O governo poderia utilizar esses jovens ou adolescentes que estão na faixa de risco para trabalhar nas estruturas da administração direta e indireta.

É claro que o Estado não tem como arcar com todo o cenário de desemprego – nós temos essa compreensão –, mas nós sabemos que um jovem que está procurando se firmar no mercado de trabalho pode crescer se puder se utilizar do contato, do amadurecimento na relação humana que existe no serviço público. Essa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

atitude também seria uma demonstração de que o Estado é sensível ao cenário que aí está e quer incentivar e estimular os jovens.

Portanto, acho que medidas criativas podem ser pensadas, medidas criativas podem ser reformuladas. Estamos vivenciando no Distrito Federal um cenário difícil porque Brasília está apresentando índices altos em vários aspectos. A indústria da construção civil em Brasília está paralisada, de um lado, pelo mercado que está em baixa – há um quadro extremamente desfavorável –, por outro lado, em função da burocracia dos alvarás de construção, de medidas extremamente punitivas que hoje existem. O quadro em Brasília é mais grave porque há um legalismo, enquanto poderiam ser pensadas algumas medidas mitigadoras para aliviar esse quadro de desemprego.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

O que nós temos assistido é uma inversão. Geralmente, quando a economia ia mal, prejudicava a política – é o normal. Agora, esse paradigma foi invertido. Hoje a política está prejudicando a economia. Então, as sucessivas crises que vem acontecendo no campo político têm afetado drasticamente os investimentos, sem falar, no caso específico de Brasília, onde há esse excesso de burocracia e essa falta de incentivo à produção, Deputado Lira.

É grave a situação. A cada mês, nós temos 20 mil desempregados. Nós estamos com 230 mil desempregados hoje em Brasília. Isso significa que, no mês que vem, nós vamos passar para 250 mil, 270 mil. Vamos parar aonde?

Há uma retração muito grande dos segmentos que empregam por falta de iniciativa, por falta de incentivo, e o governo tem um papel importante nesse processo. Quando o Deputado Wasny de Roure dizia que nós estamos com 2300 jovens trabalhando com carteira assinada no Programa Jovem Candango, o Governo de São Paulo lançou o programa com 100 mil jovens, programa esse que nasceu da nossa ideia, da ideia da Câmara Legislativa, que está espalhada. Em algumas prefeituras do Brasil, já existem mais menores aprendizes trabalhando do que no próprio Governo do Distrito Federal.

Deputado Roosevelt Vilela, essa ideia de levar os garotos para uma qualificação profissional – estudar em um horário e trabalhar no outro – é a saída, sem esquecer que estudar é o mais importante sempre. Nós gastamos dinheiro com tantas coisas. Nós desperdiçamos dinheiro com tantas coisas! Só o desperdício no funcionamento da máquina de Brasília é de 8 bilhões de reais por mês. Estima-se que o desperdício seja de 20%. Isso dá 1 bilhão e 600 mil! Só o quebrado dos 600 mil dava para mantermos os 129 mil jovens que estudam em escolas públicas de Brasília estudando em um horário e trabalhando no outro.

Se conseguíssemos tirar 130 mil jovens das ruas, a situação do Distrito Federal, do ponto de vista de segurança, de saúde, de todas as políticas públicas, ia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

melhorar. Agora, por que o Governo de São Paulo está tendo esse sucesso todo? Porque ele sai procurando as melhores ideias que existem por aí e adapta ao Governo do Estado de São Paulo com a facilidade e com a rapidez que é necessária. Nós sofremos quatro anos para ter 2.300 jovens. O cara lança um programa já com 100 mil de uma vez só.

O Distrito Federal ainda é de longe a unidade da federação que tem mais condições de fazer um desenvolvimento e enfrentar essa crise, mas nós estamos esbarrando, Deputado Prof. Reginaldo Veras, principalmente nos aspectos burocráticos. Nós estamos perdendo em todos os segmentos. São 20 mil pessoas a menos a cada mês. Nós não sabemos onde isso vai parar. O Governo do Distrito Federal tem que buscar incentivo para instalação de indústrias. Estados que têm enfrentado essa crise têm dado incentivo para que indústrias que geram acima de dois mil empregos possam ir para lá e instalar a sua indústria. Elas têm direito ao terreno, têm cinco anos de carência para pagar imposto, mas geram emprego e renda.

Vinte mil empregados a menos em Brasília significa que o comércio deixa de vender, o governo deixa de arrecadar ICMS, deixa de arrecadar imposto de renda, e a Previdência Social passa a ter mais despesa. Então, isso é em cadeia. Mas o natural – e isso é um dos graves erros da maioria dos governos brasileiros – é ir mais pela forma mais imediata, que é o aumento da tributação. Ou pode ir também pelo segmento, como foi feito, e os dados mostram isso, que, às vezes, um efeito político de criar uma regulamentação que politicamente seja boa traz um efeito exatamente o contrário. De outubro para novembro, seis mil empregados domésticos ficaram desempregados em Brasília.

Então, determinadas medidas que são feitas pelo governo parecem vitórias de Pirro, parecem que são boas, mas, na realidade, não são. Porque o excesso de regulamentação, a interferência excessiva do Estado, a burocracia que existe exatamente para matar o emprego, que é a coisa mais importante que o ser humano tem, é o que dá dignidade, é o que dá respeito, é o que gera emprego, é o que gera renda, é o que gera impostos para o governo. E é isso que nós estamos atrofiando e matando.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, só para dar um pequeno exemplo da questão da burocracia. A questão do desemprego hoje é conjuntural, fruto dessa crise nacional. A mudança de dinâmica e de aspecto econômico para incentivar o setor secundário, para incentivar o setor industrial demanda algum tempo e algumas políticas públicas de criação de incentivos para atrair a atividade industrial com mais vigor para o Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

A função da capital, que é uma função político administrativa, que fundamenta o comércio da cidade e a prestação de serviços, eu acho que é a primeira tecla em que temos que bater. Eu vou usar a área que eu conheço muito bem, que é o setor educacional, como exemplo.

Na Secretaria de Educação, quem libera credenciamento para uma escola funcionar é um setor chamado de Cosine. Aqui no Distrito Federal, também tem outro problema: criminaliza-se o setor empresarial no setor educacional. Quando vai ser aberta uma escola pela iniciativa privada, faz-se tanta exigência, mas tanta exigência que, às vezes, até se inviabiliza a própria abertura do negócio. Uma escola de porte pequeno para médio gera diretamente até 80 empregos e indiretamente pode gerar até 200, dependendo da localidade onde ela estiver instalada.

Então, veja que a burocracia no setor de prestação de serviços emperra a economia do Distrito Federal. E, o pior, passa governo, entra governo, e não são adotadas medidas eficazes para minimizar esse problema. Fui à Secretaria de Educação para saber o porquê da demora dos credenciamentos. É pela falta de capital humano, não há gente para acompanhar os processos. E as exigências dos órgãos do governo para credenciar uma escola são uma coisa fora do comum. E o mais interessante: se fossem feitas as mesmas exigências para credenciar uma escola pública, quase que 100% delas seriam fechadas. Então, exige-se da iniciativa privada algo absurdo que não se exige da escola pública; ou seja, criminaliza-se o setor empresarial na área de educação no Distrito Federal. Temos de corrigir.

Parabéns por V.Exa. ter abordado a questão da burocracia emperrando a atividade econômica no Distrito Federal.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço e incorporo o aparte de V.Exa.

Apenas para concluir, Presidente, os aspectos burocráticos do governo têm espantado os investimentos em Brasília. Se você vai a Goiás ou a Bahia... A maioria dos estados, inclusive os do Norte, que hoje começam a apresentar crescimento econômico exatamente o inverso do restante do país, todos eles dão uma prioridade muito grande para quem quer investir. Um exemplo é você querer abrir uma escola para ensinar, para gerar emprego e ter dificuldade. Esse é o exemplo mais claro. É uma política do bem, pois você, além de gerar emprego, vai gerar conhecimento, mas mesmo assim, você não consegue.

Então, essa visão do Estado ainda com a cultura socialista de que o privado faz mal e de que o bonito é o público, nós temos de fazer a inversão disso, senão vamos morrer todos abraçados. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela, pela liderança do PSB. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes, pela liderança da REDE.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, agradeço a cortesia do Deputado Chico Vigilante, que hoje preside a sessão.

Eu não gosto muito de ficar voltando a assuntos repetitivos, assuntos que já abordamos aqui na tribuna, mas, a esse, infelizmente, eu vou ter de retornar. Há algumas semanas, eu ocupei a tribuna justamente para falar de um incêndio que houve em uma casa de uma religião de matriz africana em Santo Antônio do Descoberto. Infelizmente, essa realidade aconteceu novamente aqui no Distrito Federal, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Eu imagino que uma das principais virtudes que temos no nosso país, além da liberdade de expressão, Deputado Chico Vigilante, é a liberdade religiosa. Nós vivemos em um Estado laico, mas todos têm a liberdade de expressar sua fé, desde que ela não tenha nenhuma interferência contra os princípios legais. Hoje, quando enxergamos o que acontece em outros países em que a questão da religiosidade e a distorção da análise das escrituras sagradas implicam em atos como os que aconteceram na França – inclusive, eu estava em uma sessão com o Deputado Prof. Reginaldo Veras e S.Exa. teve de sair para discutir isso com o seu grupo político –, isso me causa muita preocupação.

Nós da Câmara Legislativa passamos da hora de darmos uma manifestação firme. Eu acredito que todos nós que temos nossas religiões, Deputado Chico Vigilante, que temos nossa fé definida não podemos admitir, em hipótese alguma, que se continue essa selvageria de queimar templos. Isso já chegou ao Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado, em relação ao que V.Exa. está trazendo, só depois do fato, eu soube do evento. V.Exa. esteve presente, e um conjunto de Deputados também. É inaceitável. Hoje, eu conversava com o Dr. João Paulo, que é um dos advogados da Mitra, e ele reportava para mim esse episódio. Mas me chamam a atenção dois fatos, Deputados. O próprio Governador, na região do Sol Nascente, demoliu um templo evangélico. Fiquei absolutamente atônito com a imagem do pastor, da esposa e de uma criança de dois ou três anos ajoelhada, no momento da demolição. Um negócio que nós não conseguimos entender. Sei que é uma situação de irregularidade, mas hoje o Governo do Distrito Federal tem uma lei. É bem verdade que ela se limitou no tempo, mas é um paradigma. É possível se tentar administrar uma situação dessas, até porque, no Sol Nascente, não existe só esse imóvel ocupado.

Deputado Cláudio Abrantes, vimos, aqui desta tribuna, o Líder de Governo dizer que o Governador, na terça-feira ou quarta-feira, havia determinado a suspensão das demolições. No entanto, no dia seguinte, conversando com o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Deputado Rafael Prudente, com informações que recebemos da própria comunidade, sabemos que as operações foram retomadas. Então, esse tipo de acordo aqui acochambrado, sei lá qual é a natureza, é melhor nem se fazer. Isso é só para os Deputados poderem continuar votando, e depois, no dia seguinte, não há absolutamente nenhuma suspensão. A suspensão é momentânea. Não há negociação.

Fico absolutamente estarecido com esse tipo de coisa. Acho que o governador que está preocupado em criar uma delegacia para a intolerância religiosa – até porque o que mais me assusta é que esse não é o primeiro caso. Foram treze – deveria pensar em criar uma delegacia para tratar da irregularidade de terras no Distrito Federal. O que estamos assistindo, em matéria de terras no Distrito Federal, é muito mais grave. Temos situações e cenários muito mais graves do que essa para a qual ele aponta a necessidade de criar uma nova delegacia.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Muito obrigado pelo aparte, Deputado Wasny de Roure. O pensamento de V.Exa. é corretíssimo. Mas, fazendo um parêntese, eu afirmo, categoricamente, que o Governador não vai criar uma nova delegacia, Deputado Wasny de Roure. Não vai criar simplesmente porque a Polícia Civil não tem efetivo para isso. Quero ver o governo criar uma nova delegacia, sendo que temos três policiais em plantão, hoje, em um estado de perigo. Isso é até motivação para outro discurso. O perigo é fecharem delegacias!

Concordo com V.Exa. É um absurdo também a demolição de templos. O que a gente discute aqui é algo que, às vezes, você não consegue controlar com uma lei, como a intolerância religiosa. Temos que ter ferramentas para que as pessoas que promovem esse tipo de baderna, seja de qualquer religião... Até porque, recentemente, templos católicos foram queimados em Minas Gerais. Pode haver templo evangélico sendo destruído. Pode haver templo budista.

A questão aqui não é a religiosidade. A liberdade de expressão e a liberdade religiosa são comuns para qualquer brasileiro. No caso das religiões de matrizes africanas, temos que ter um cuidado especial, porque, infelizmente, é a que mais vem sofrendo com isso. Foram treze casos no Distrito Federal e quase trinta, se pensarmos no Entorno. Essas religiões saem de Brasília e vão para o Entorno porque não conseguem fazer nada dentro do Distrito Federal. Há que se respeitar a crença das pessoas! Além do mais, há a contribuição que todas elas, de forma indireta ou não, deram para a cultura brasileira. Não pensem que a feijoada, tão saboreada, não era comida dos Orixás, comida que todo mundo gosta. Não pensem que a capoeira, uma dança ao som de atabaques, não vem das religiões africanas. É questão cultural.

Lógico que tenho a minha fé e não vou migrar pela questão religiosa. Agora, a questão cultural é latente, é marcada dentro do Brasil pela contribuição que os negros deram na nossa sociedade. Hoje, em pleno século XXI, com todo um discurso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

que fazemos para que haja tolerância, não se vai aceitar que se toque fogo em um terreiro só porque não se concorda com a religião! E o que é pior, Deputado: essas coisas se repetem porque há impunidade. Por isto que aconteceu em Goiás, por isto que aconteceu aqui, por isto que pode acontecer com templo católico, com templo evangélico: porque há impunidade.

Eu não falo de delegacia. Volto a dizer: quero ver o governo criar uma delegacia. É outro assunto que voltará ao debate aqui. Quero ver o governo criar outra delegacia. O perigo, hoje, Deputado Roosevelt Vilela, é se fechar delegacia. Volto a dizer isso.

Neste mesmo plenário, no ano passado, fizemos uma audiência pública para discutir os crimes raciais, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Aí, engloba-se tudo, inclusive a intolerância religiosa. Uma moça que trabalhava na bilheteria do cinema do Liberty Mall foi escoraçada por um médico e não houve o enquadramento legal, como crime racial. Colocou-se lá injúria, difamação, com uma pena muito mais leve, Deputado Lira.

Hoje esses crimes têm uma legislação específica, mas, infelizmente, os nossos policiais não são treinados nem para a apuração nem para a tipificação penal. Neste plenário, fizemos uma audiência pública e ficou acertado com o antigo Diretor da Polícia Civil – o compromisso não é personalista, não foi com o Dr. Jorge Xavier, foi com a Polícia Civil do Distrito Federal – criar-se uma coordenação pela qual policias pudessem ser treinados para investigar esse tipo de caso. Mas essa coordenação não saiu do papel ainda.

Então, primeiramente, não vamos mais manifestar repúdio, porque isso é algo que parece óbvio – não vamos estabelecer repúdio a uma situação dessas –, mas, sim, manifestar solidariedade. Estamos apresentando uma moção de solidariedade às filhas e filhos de santo, em especial aos do Distrito Federal, por esse grave crime que aconteceu. Também: na próxima quinta-feira, o Dr. Eric Sebba – quero agradecer muito a atitude dele – comprometeu-se a receber todas as lideranças às 11h da manhã, lá no prédio da Direção Geral da Polícia Civil. O convite está estendido a todos os Deputados que queiram participar.

Dr. Eric Sebba nos receberá e receberá todas as entidades – inclusive a Fundação Palmares já confirmou presença também –, porque o que aconteceu aqui no Distrito Federal já tomou proporção nacional e talvez tome até uma proporção internacional.

Então, na próxima quinta-feira, às 11h, estaremos com o Dr. Eric Sebba, que, de prontidão, com muita sinceridade e tranquilidade, comprometeu-se a nos receber. Sei que as condições deles são muito difíceis, porque – volto a dizer – não temos policiais civis no Distrito Federal. Temos quase quinhentos concursados que não são nomeados. Vamos fechar delegacias! Vejam o alerta que estamos fazendo desta tribuna se não se tomar uma atitude!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

O Dr. Eric Sebba, com muita tranquilidade, vai nos receber para discutir a implantação dessa coordenação, em que policiais poderão ser treinados especificamente para apurar os crimes raciais e de intolerância religiosa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, pedindo o reforço do Presidente da minha Comissão de Educação, Saúde e Cultura, solicito a atenção de V.Exa. Foi feito, neste segundo semestre, um longo debate sobre os vetos na comissão e sobre o Fórum de Educação, que foi o formulador do Plano Distrital de Educação – PDE. Nessa discussão, ficou pontuado aquilo que é imprescindível e aquilo que é passível de se acolher. O PDE é um plano extremamente importante do ponto de vista do planejamento da educação que queremos para os próximos anos. Se se passasse isso para o ano que vem, haveria um enorme prejuízo.

Quero, com a anuência do Deputado Prof. Reginaldo Veras, pedir a V.Exa. que coloque, ainda neste ano, esses vetos para serem apreciados. Eu sei que o Deputado Chico Vigilante falou disso no Colégio de Líderes hoje, mas eu peço a esse colégio a compreensão da importância dessa matéria. Então, eu pediria a V.Exa. que tratasse com o máximo empenho e interesse esse debate para que nós pudéssemos vê-lo concluído, porque é uma lei que fica pendente – são 42 vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wasny de Roure, hoje foi colocado isso no Colégio de Líderes. O Deputado Julio Cesar está recebendo do Deputado Prof. Reginaldo Veras essa relação do acordo que foi feito, para levá-la ao Governo do Distrito Federal a fim de a gente tentar criar um acordo até a semana que vem. Então, isso está sob a responsabilidade do Deputado Julio Cesar, já foi encaminhado.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, na tarde de hoje, abordar dois assuntos. Primeiro eu quero falar do cartel dos combustíveis aqui no Distrito Federal. Esta Casa teve a coragem de abrir uma CPI em 2003, fez uma investigação vigorosa e rigorosa, e nós apresentamos para a sociedade que o cartel existia. Foi um trabalho feito pela Câmara Legislativa. Nós indicamos 21 pessoas por prática de cartel, por crime contra a economia popular. O relatório da CPI, que está disponível no *site* da Câmara Legislativa, é uma das mais extraordinárias peças que esta Casa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

já produziu. Está aí à disposição de quem quiser. Nós apontamos os crimes que eram praticados contra a economia popular aqui no Distrito Federal.

Naquele tempo, eu fui quase semanalmente ao Ministério Público cobrar providências. Depois, encaminhei inúmeros ofícios ao CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e também à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Encaminhei alguns ofícios pedindo à Polícia Federal que investigasse esse caso. Felizmente, essa investigação saiu, e nós vimos o resultado agora.

Há um projeto de minha autoria que está tramitando aqui. Na verdade, foi apresentado em 2011, tramitou nesta Casa, nós tivemos 23 votos no primeiro turno e só 10 votos no segundo turno. Depois, nós o reapresentamos, na nova legislatura. É o Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2015. Ele trata de uma questão importante, que é o pagamento *on-line*.

O Governador Rodrigo Rollemberg me ligou e disse que está mandando um outro projeto. Eu o parabeneizei, Deputada Celina Leão. Eu quero que o outro projeto venha, mas que venha logo, para que a gente possa apreciá-lo, Deputado Prof. Reginaldo Veras, neste ano. E eu já tenho o compromisso da Deputada Celina Leão de que vai pautar, neste ano, o projeto. Eu não quero saber do pai do projeto, eu quero saber do filho, do resultado que ele vai dar para a população do Distrito Federal. É isso que me interessa. Portanto, eu peço o apoio desta Casa. Acredito que a unanimidade dos Deputados vai votar a favor, porque esse é um anseio da população do Distrito Federal.

Na época da CPI, em depoimentos, os proprietários de postos de gasolina falaram que, se não houvesse os menores, se não houvesse a perseguição, eles baixariam o preço. Eu conversei com o Márcio, que é proprietário de um posto ali no centro de Taguatinga, o posto Petroline, Deputado Rafael Prudente, e ele me disse que hoje, sem perseguição, ele baixa em 12 centavos o preço da gasolina que ele vende. E é importante dizer que já em 2004, quando nós concluímos a CPI, nós chegamos à conclusão de que cada um centavo em que o preço da gasolina aumentava em Brasília correspondia a 800 mil reais. Oitocentos mil reais para um centavo.

Portanto, eu peço apoio desta Casa e da sociedade para aprovação desse projeto.

O segundo ponto, Sras. e Srs. Deputados, que eu quero abordar na tarde de hoje, é a denúncia que eu recebi de uma servidora da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Ela me encaminhou um vídeo de pouco mais de um minuto, que dá conta da – não tem nem como classificar aqui, de tão nojento que é – comida servida pela Sanoli. É uma imundice, uma coisa horrorosa, uma coisa feia, que vai adoecer ainda mais os pacientes e também os servidores dos hospitais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

É preciso quebrar esse monopólio da Sanoli também. É preciso que outras empresas de alimentação participem, agora, da licitação que está ocorrendo na Secretaria de Saúde. Porque aquele vídeo mostra que é nojenta a comida que é servida.

Para V.Exas. terem uma ideia da importância desse assunto, eu o publiquei na minha página do Facebook, e nós já vamos com quase 20 mil acessos de pessoas que viram a publicação. Mas eu estava olhando a página do *Correio Braziliense*, que tratou do assunto e publicou o vídeo, e lá já foram mais de 200 mil acessos – mais de 200 mil pessoas viram. A *Band News* deu; o *SBT*, no jornal local de ontem à noite, deu também; a *TV Globo* também deu, e não disse quem tinha denunciado. Eu não quero saber quem denunciou, eu não faço isso para divulgar meu nome, eu faço isso em defesa da população do Distrito Federal.

Já encaminhei essa denúncia ao Secretário de Saúde, estou encaminhando ao Ministério Público, e peço providências imediatas do Governo do Distrito Federal para corrigir o abuso daquela gororoba. Deputado Juarezão, V.Exa. que trabalha na Saúde, eu vou mostrar daqui a pouco a V.Exa. a gororoba que é servida.

Deputado Wasny de Roure, Deputado Rafael Prudente, pegaram leite em pó, ferveram, jogaram alho e disseram que é sopa. Aquilo ali a pessoa sadia não come, imagine um doente. Se comer, vai ficar mais doente. A omelete não tem queijo, e é só gordura.

Quando a funcionária que gravou chamou a nutricionista da Sanoli, esta disse: “Você está fazendo tempestade em copo d’água”. Não é ela que come aquela porcária. Não é essa nutricionista que come aquela imundice. Duvido que ela dê aquela imundice para o filho dela.

Portanto, essa é mais uma denúncia que a gente traz aqui, esperando que o Governo do Distrito Federal tome providência.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nos termos do entendimento feito no Colégio de Líderes ainda há pouco, foi acordado que nós votaríamos o Projeto de Lei nº 686, de 2015, que abre um crédito especial no Orçamento Anual do Distrito Federal de 1 milhão e 468 mil.

O objetivo principal da solicitação que faço a V.Exa. para colocar o projeto de lei na Ordem do Dia de hoje é que esse crédito vai permitir fazer a correção de emendas de alguns Parlamentares – que as fizerem com programa de trabalho equivocado – a tempo de esses Deputados terem as suas emendas executadas ainda de 2015, sem prejuízo. Ou seja, é apenas um tratamento isonômico com os Deputados que tiveram a destinação de suas emendas em programas de trabalho que vão ser executados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Então, eu faço um apelo à assessoria dos Deputados que precisam fazer alguma correção nas emendas apresentadas em créditos anteriores, que é apenas um remanejamento, para que apresentem essas emendas ao Projeto de Lei nº 686, de 2015. Inclusive, foi sugestão de V.Exa. fazer um remanejamento de dotação para os restaurantes comunitários que estava previsto nesse projeto de lei.

Portanto, ao alertar as assessorias dos Parlamentares, fazendo essa solicitação, solicito que V.Exa. submeta essa matéria ainda na Ordem do Dia de hoje para que ela seja aprovada hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Agaciel Maia, acato a solicitação de V.Exa. Parece que está havendo uma reunião entre o Líder do Governo e alguns Parlamentares. Acho que conseguiremos quórum.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de registrar no plenário da nossa Casa que o Procurador Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, foi incluído na lista dos cem pensadores deste ano, as pessoas mais notórias na sociedade contemporânea, juntamente com o neurocientista Miguel Nicolelis. Foram os dois brasileiros nos cem nomes mencionados pela revista *Foreign Policy*, ou seja, *Política Internacional*.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Vou passar a Presidência à Deputada Liliane Roriz, pois vou fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria, nesta tarde de hoje, de fazer um pedido, um apelo, ao Governo do Distrito Federal, especificamente ao secretário de habitação, Thiago, no sentido de que se agilize o processo do Buritizinho.

Nós estamos correndo o risco, Deputado Rafael Prudente, de perdermos 30 milhões que conseguimos de investimento para o Buritizinho pelo simples fato de não ter sido ainda encaminhando à Câmara Legislativa um projeto de lei que defina uma área como Área de Interesse Social. Para isso acontecer, já teria de ter ocorrido uma audiência pública, e essa audiência pública nem sequer aconteceu. Esse recurso tem o prazo até fevereiro para ser utilizado.

É muito complicado! Eu já fiz duas reuniões sobre isso, a comunidade do Buritizinho cobra constantemente. Por uma burocracia, por uma dificuldade de gestão, perdermos recurso, num momento como esse que o Distrito Federal enfrenta dificuldade financeira, é com certeza, Deputada Liliane Roriz, um atestado de incompetência. Nós realmente não podemos abrir mão desse recurso.

A comunidade, inclusive, esteve presente no lançamento desse projeto. Agora, ele simplesmente está parado porque detectaram que há um pedaço do Buritizinho que não foi contemplado como Área de Interesse Social. Precisaria ter havido uma audiência pública e o encaminhamento do projeto a esta Casa, algo meramente burocrático, mas parece que isso não está nas prioridades. Deveria, sim, estar, porque estamos falando de um convênio que está assinado, precisando de uma questão legal, burocrática, para que as máquinas possam entrar naquela região e começar as obras imediatamente. Uma obra licitada, pronta, resolvida, e com uma pendência dessa dentro da Secretaria de Habitação. Algo precisa ser feito. Vemos uma dificuldade de tomada de iniciativa naquela secretaria, uma gestão completamente difícil de andar, correndo um risco como esse.

Acho que tínhamos até de mudar a legislação do Brasil, Deputada Liliane Roriz. Também deveria ser enquadrada de improbidade administrativa a pessoa que perde recursos. Porque, querendo ou não, é uma improbidade administrativa não executar um recurso de uma área que está precisando, como é o caso do Buritizinho, por uma questão meramente técnica e legal.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Sem revisão da oradora.) – Deputada Celina Leão, estou com o mesmo problema no Areal, a mesma situação. Se não mandar o projeto para cá e não fizer a audiência, o Areal também vai perder.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADA CELINA LEÃO – Esse tipo de situação acontecendo em regiões diferentes, sem uma prioridade...

Faço um apelo ao Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, que acabou de chegar ao plenário, para que não percamos esse recurso do Buritizinho. Esse projeto precisa ser encaminhado à Câmara Legislativa. Faço um apelo para que a secretaria de habitação encaminhe antes do encerramento do ano legislativo. É algo, realmente, que a cidade conta e espera. Já fizemos reuniões sobre isso aqui na Casa.

Então, fica o meu apelo e o meu pedido nesse sentido. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de trazer uma preocupação que externei para o Governador, para o presidente do Tribunal de Contas da União, para o presidente da nossa comissão, bem como para o secretário de fazenda e o secretário de planejamento.

No estudo que realizamos, por meio da assessoria, verificamos que um dos motivos pelos quais o Distrito Federal vem, ao longo dos anos, experimentando perdas orçamentárias e financeiras... Porque os recursos do Fundo Constitucional, como são recursos da União, a perda é de ambos os sentidos, orçamentária e financeira. Nós verificamos que corremos o risco, neste ano, de ter uma perda ao redor de 150 milhões de reais.

Para se ter ideia, na área do custeio, a rubrica na área de segurança é composta de três variáveis: custeio de pessoal, custeio do exercício da função na área dos benefícios, contratos e investimento. Na rubrica de custeio, tivemos 64% para o Corpo de Bombeiros que foi executado, isso até meados do mês passado, novembro, e tivemos 14% daquilo que foi empenhado na área de investimento, sendo que foi empenhado um montante da ordem de pouco menos de 5 milhões e liquidado apenas 3 milhões e 300 mil reais. Já no âmbito da Polícia Civil, tivemos uma execução da parte do custeio da ordem de 79%, sendo que na área de investimento apenas 7%. Dos 5 milhões e 800 mil reais empenhados, foram liquidados apenas 1 milhão de reais. Mais uma vez, isso é da data de 13 de novembro deste ano.

Na área da Polícia Militar, tivemos uma execução na área do custeio da ordem de 80% do que foi orçado e apenas 21% na área de investimento. Isso convertido em valores, vamos verificar – nós relatamos na comissão, e o Deputado Agaciel Maia teve oportunidade de trazer ao Plenário desta Casa – uma última oportunidade de fazer o remanejamento de um montante significativo para a área de custeio de pessoal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Agora, pergunta-se: aquilo que foi empenhado, principalmente na área de investimento, é possível gastar no ano que vem? É. É possível gastar, mas tem-se demonstrado também que há uma grande perda daquilo que foi empenhado, transformando, portanto, na forma de restos a pagar, e o próprio Estado acaba não conseguindo liquidar. Isso significa uma perda adicional. Portanto, o mais adequado neste momento, um momento difícil do ponto de vista financeiro, seria desempenhar aquilo que não vai ser liquidado neste ano e empenhar no Orçamento do ano que vem.

Aproveito esta oportunidade para chamar a atenção do governo: por outros motivos, nós temos tido perdas do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Neste momento, qualquer recurso que perdermos virá em sobrecarga para os recursos do Tesouro local. Então, deixo esse alerta ao Governo do Distrito Federal, porque essa perda tem sido insistente na execução do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Outra questão para a qual eu também gostaria de chamar a atenção é com relação à contribuição dos policiais para com seus respectivos planos de saúde. São deduzidos na folha de pagamento do policial – policial bombeiro ou policial militar –, por exemplo, 800 reais do plano de saúde dele referente àquilo que ele gastou etc. Aquilo que é deduzido, que abate lá na origem – a União, na hora que faz o pagamento, deposita no banco –, é glosado. No lugar de vir para o Governo do Distrito Federal, aquilo é retido pela União. Isso não representa muito, uma coisa em torno de 16 a 20 milhões de reais por ano para as duas corporações, mas é extremamente importante em um momento crucial como este que estamos vivenciando.

Em conversa na última semana com o Comandante do Corpo de Bombeiros, ele me relatou que vem fazendo gestões no sentido de minimizar essa perda, que ele reconhece ser extremamente trabalhosa. Ele atesta aquele gasto individual do policial, e à medida que é atestado, seja o hospital, o procedimento cirúrgico, a medicação ou a consulta, a União faz o ressarcimento. Ora, é uma coisa descabida a União reter o trato individual, aquilo que o policial militar já contribuiu, aquilo que pertence ao próprio plano de saúde dos trabalhadores da segurança pública, sobretudo os policiais militares e os policiais bombeiros.

Portanto, essas perdas têm que ser trabalhadas pelo Governo do Distrito Federal, no lugar apenas de estar estimulando e encaminhando projetos de lei, ora de venda de patrimônio público – as nossas áreas, ações, empresas públicas –, como também de aumentos de tributos. A gestão do Fundo Constitucional, por si só, sendo maximizada a sua execução, traz um alívio enorme para o Orçamento do Distrito Federal.

Eu deixo essas contribuições para que possamos refletir e aperfeiçoar esse debate.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero fazer um comunicado. Eu fui procurado em meu gabinete por aproximadamente quinze atletas que praticam *skateboard* ali na Península dos Ministros. Há quase sessenta dias eles foram proibidos de realizarem a prática esportiva naquela localidade.

Busquei informações para saber quais eram os motivos e fiquei sabendo, Deputado Robério Negreiros, que quem está impedindo a prática da atividade é a presidente da Ibram. Como presidente da Frente Parlamentar do Esporte, tentei falar com a presidente, tentei sensibilizá-la, mas ela disse que há um projeto do governo para aquela localidade na Península dos Ministros. Só que não começa, e temos ali duzentos atletas que precisam praticar essa atividade esportiva. Não existe outra localidade no Lago onde eles possam desenvolvê-la.

Então, fica aqui a minha reprovação em relação à presidente do Ibram, a Sra. Jane. Que ela possa explicar realmente quais os motivos pelos quais esse pessoal não pode realizar essa atividade esportiva. Uma vez as pessoas praticando essa atividade esportiva, Deputado Robério Negreiros, com certeza estamos evitando de muitos jovens irem para a marginalidade, para a prostituição. Não podemos permitir que a presidente do Ibram seja muito mais forte que os nossos atletas.

Fica aqui o meu repúdio a essa senhora, que de fato e de verdade não vem respeitando os esportistas aqui da cidade.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, para dar continuidade ao pronunciamento do Deputado Julio Cesar, talvez a Dra. Jane não conheça bem os esportes radicais que, via de regra, estão associados a práticas sustentáveis. Quem pratica esportes radicais, quem conhece um pouco de qualquer modalidade de esporte radical sabe que trata-se de pessoas com alta consciência e educação ambiental.

Inclusive essa prática que eu já tive oportunidade de algumas vezes ver – deu até vontade de fazer, mas faltou coragem e competência para tanto –, lá pratica-se esporte radical com visão sustentável. Era bom convidar a Dra. Jane para ir lá dar uma olhada.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, fazendo um adendo à fala dos nobres Parlamentares, não basta somente derrubar as invasões da orla e deixá-la interditada, justamente por falta de recursos e falta de ação do governo. Quem vai até lá, vê uma área como se estivessemos no Iraque. Tudo destruído, com bichos e sujeira por todos os lados. É bem complicado. Com a greve do Ibram, piorou ainda mais, tanto que o governo acabou fechando e impedindo a população – é uma forma contraditória – de usufruir de uma área que antes tinha essa convivência.

Eu clamo ao governo – não só o Ibram, como a Agefis – que atenda a questão dos trinta metros, mas não faça essa interpretação por decreto. A Câmara deu uma resposta constitucional para o governo: tem que passar por audiência, há todo um critério, e isso é muito importante.

Já que o governo derrubou, que ele possa trabalhar o Orçamento do ano que vem, ou de forma emergencial tentar fazer algo para que essa convivência possa ser feita. Havendo regras para os esportes aquáticos radicais, eu tive oportunidade de atender essas pessoas em meu gabinete, eles são muito responsáveis e organizados. A cidade clama por esses espaços, isso é muito importante.

O Líder do Governo está cobrando do governo um clamor da sociedade, para que tenha uma ação efetiva, a qual eu creio que seja do Ibram. Mas o governo precisa melhorar e trabalhar esse orçamento, essa LOA do ano que vem, porque o orçamento é pífio em relação a essa área de recuperação ambiental. Não adianta retirar as áreas verdes que os moradores estavam cuidando e depois interditá-las por falta de cuidado. Isso é muito contraditório. Então, eu me somo à fala do nobre Líder do governo, Deputado Julio Cesar, e do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que tem sempre bastante proficiência e responsabilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputados, alguém quer fazer uso da palavra?

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero me solidarizar com o Deputado Julio Cesar, nosso Líder. Até cabe uma análise, Deputado, porque eu acho que o Ibram não tem competência para regular sobre o Lago Paranoá. Se fosse assim, ele poderia dizer amanhã que as lanchas não estão mais permitidas no Lago Paranoá.

Essa é uma questão do Governo Federal através da Marinha do Brasil, que é quem tem a tutela sobre as águas, tanto é que a fiscalização no Lago é feita pela Marinha do Brasil.

Então, eu acho que a medida é descabida do ponto de vista meritório e também do ponto de vista legal, constitucional. É uma prática esportiva, Brasília tem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 12 2015	16h45min	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

toda uma temática para os esportes radicais. Ao contrário, nós temos é que incentivar. Viu, Deputado? Eu acho que é importante S.Exa. levantar essa bandeira. Conte conosco.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Mais algum Deputado quer falar?

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, obrigado a V.Exa. que está presidindo a sessão hoje e aos Deputados que fizeram aparte.

Quero pedir a sensibilidade da Presidente do Ibram. Que realmente ela se posicione e nos dê uma resposta satisfatória, porque, no momento em que nós ligamos lá, ela disse que não poderia fazer nada para ajudar os esportistas.

Isso eu não irei permitir. Se for o caso, vamos trazer aqui todos os praticantes de esportes radicais, para que ela veja que realmente o pessoal é unido. Não podemos ter uma pessoa que acha que é dona da razão e não permite que o pessoal pratique esporte. Era isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu também quero me incluir nessa comissão que vai perguntar por qual motivo ela fez isso. Eu acho que ela não deve ser de Brasília. Se ela fosse de Brasília, ela saberia que o Lago Paranoá foi criado para o esporte e lazer da população do Distrito Federal.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Retificação: na presente sessão ordinária, quando foram lidas 69 indicações da Deputada Celina Leão, leiam-se 66 indicações.

Não havendo *quorum* regimental, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h3min.)